

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

À semelhança dos trágicos incêndios que assolaram a região centro do País em 2017, o incêndio no concelho de Monchique, que se propagou aos concelhos vizinhos de Silves, Portimão e Odemira, ocorrido entre 3 e 10 de agosto de 2018, deixou evidente as vulnerabilidades estruturais, designadamente nos planos demográfico, energético, de ordenamento do território, de infraestruturas e de serviços públicos, inseparáveis de quatro décadas de opções políticas levadas a cabo por sucessivos governos do PS, PSD e CDS, com particular incidência no anterior Governo PSD/CDS.

Em 2003, a serra de Monchique já havia sido atingida por um incêndio de grandes proporções. Muitos dos fatores estruturais que estiveram na origem desse incêndio foram descuidados e negligenciados, não tendo sido implementadas as necessárias medidas de prevenção, circunstância que deixou a serra de Monchique à mercê de um novo incêndio de grande dimensão, que, infelizmente, se veio o concretizar no passado mês de agosto.

É evidente que o despovoamento que tem afetado o mundo rural o torna mais vulnerável a incêndios florestais, como os dramas de 2017 e deste ano bem demonstraram. A fixação de pessoas nos territórios é, sem dúvida, uma medida fundamental no combate aos incêndios florestais, exigindo um estímulo à agricultura familiar praticada nas pequenas e médias explorações e a criação de condições para essa fixação. No caso dos concelhos afetados pelo incêndio da serra de Monchique, as habitações têm uma importância primordial no restabelecimento das atividades e da vida das gentes daqueles territórios. Não sendo recuperadas atempadamente, agravam a perda demográfica e são mais um contributo para o abandono do território.

A dimensão da tragédia que assolou os concelhos de Monchique, Silves, Portimão e Odemira reclama uma resposta pública, séria, determinada, com medidas céleres e efetivas de apoio e de indemnização a quem foi atingido pelo incêndio. Medidas que, a julgar pelos processos de ajuda, apoio e indemnização às vítimas dos incêndios de 2017, chegam tarde, são muitas vezes complexas e insuficientes pela falta de resposta orçamental, de meios e recursos para as

concretizar.

Para o PCP as medidas de apoio à reconstrução das habitações atingidas pelo incêndio do passado mês de agosto nos concelhos de Monchique, Silves, Portimão e Odemira são de importância estratégica no processo de recuperação e de revitalização de localidades, bem como da vida das vítimas.

Pelo exposto, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais aplicáveis, solicita-se ao Governo que, através do Ministério do Ambiente, preste os seguintes esclarecimentos:

1. Reconhece o Governo que é imperiosa e prioritária a recuperação das habitações atingidas pelo incêndio?
2. Já foi feito o levantamento das habitações afetadas?
3. Qual o número de habitações afetadas nos quatro concelhos atingidos pelo incêndio da serra de Monchique?
4. Qual o montante necessário para a recuperação das habitações atingidas?
5. Que medidas foram já implementadas para a divulgação do processo de pedido de apoio para a recuperação de habitações?
6. Quantos pedidos de apoio para recuperação de habitações foram recebidos?
7. Qual a calendarização da recuperação de habitações prevista pelo Governo?

Palácio de São Bento, 26 de setembro de 2018

Deputado(a)s

JOÃO DIAS(PCP)

PAULO SÁ(PCP)